

MIGRAÇÃO: esperança de vida e trabalho em Itinguçu¹

Nilce da Penha Migueles Panzutti²

1 - INTRODUÇÃO

O deslocamento e a migração da população, fenômenos que ocorrem como desdobramentos da industrialização e urbanização, estão associados à quebra do isolamento das comunidades tradicionais, à crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, à negação dos velhos valores e adoção de novos padrões de comportamento (DURHAM, 1973).

A migração, resultado dessa transformação intensa e completa, transfere indivíduos e grupos das comunidades mais pobres para os grandes centros urbanos, onde se concentram as inovações. O migrante é aquele que vivencia e realiza as modificações nos padrões de comportamento e nas relações sociais que refletem as alterações ocorridas na ordem mais ampla.

A diversidade regional, promovida por um sistema de desenvolvimento, de um lado aumenta a pobreza e desagrega a base tradicional de existência das populações economicamente marginais, enquanto de outro incorpora parcelas crescentes da mesma população como mão-de-obra necessária ao seu próprio desenvolvimento. A forma dessa diversidade é resultado da desagregação da ordem tradicional, que decorre do processo de expansão do capitalismo industrial.

DURHAM (1973) constata que na nova ordem social que se apresenta, a integração, no entanto, não é fácil ou completa. Enquanto parte do contingente deslocado integra-se às novas estruturas nas áreas mais adiantadas, outra parte dirige-se para as franjas dessas áreas, continuando uma trajetória de luta pela inclusão.

Em pesquisa realizada com os moradores do bairro Itinguçu, situado na fronteira entre o

município de Peruíbe e a atual Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), identificou-se esse processo, razão pela qual foi elaborado este trabalho na tentativa de explicar a presença desse grupo de migrantes, em sua maior parte nordestinos.

Isto posto, os principais objetivos deste artigo foram explicar a presença inesperada³ de um grupo de migrantes nordestinos numa área de Unidade de Conservação, as motivações dessas pessoas e o significado mais amplo de tal deslocamento, isto é, em termos do processo de desenvolvimento econômico nacional.

2 - METODOLOGIA

O local escolhido para a realização da pesquisa foi o bairro de Itinguçu, também chamado de Utinga, Utinga Grande ou Utingão, que por suas belezas naturais é muito procurado por visitantes. Aí situa-se o principal rio da localidade, o **Rio Itinguçu**, margeado pela Mata Atlântica. Possui diversas quedas d'água e piscinas naturais com acesso através de trilhas. A principal delas é a **Cachoeira Paraíso**, a aproximadamente 15km do centro da cidade balneária de Peruíbe, cujo acesso se dá pelas estradas do Guaraú e do Itinguçu.

A região foi ocupada por posseiros nos anos 60s e 70s através de trilhas na mata, por onde também eram carregadas (nas costas) bananas que eram comercializadas, assim como os mantimentos comprados em Peruíbe.

Itinguçu é um bairro com uma área de 994,9ha (Grupo da Terra e SEMA, 1986) que pertence ao município de Iguape, situado no Vale do Ribeira, mas está mais próximo à cidade balneária de Peruíbe. A principal fonte de renda vem da venda de produtos a turistas. O bairro localiza-se na base sul da Serra dos Itatins com acesso a Peruíbe, na fronteira da Unidade de Conservação, sendo Peruíbe o centro urbano mais próximo. Embora sob a jurisdição municipal de Iguape

¹Este trabalho faz parte da pesquisa NRP663, cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais dos Agronegócios (SIGA). Baseado em Tese de Doutorado da autora (PANZUTTI, 2002a). Itinguçu situa-se dentro da área da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) (SP), criada pelo Decreto Estadual n. 24.646, de 20 de janeiro de 1986, publicado no D.O.E. v. 96, n.014, de 21.01.86.

²Socióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

³Inesperada, pois os movimentos migratórios da década de 70 foram, em sua maioria, do rural para o urbano e não do rural para o rural, como se observa em Itinguçu.

pe, não existe estrada que o ligue a esse município, que dista de 50km.

A pesquisa de campo foi delineada objetivando colher informações sobre a vinda dessa população para o local, bem como sobre as motivações desse deslocamento para a análise da condição atual desses moradores dentro da Unidade de Conservação. Nesse caminho, foram apreendidas estratégias de deslocamento e formas para o estabelecimento das novas famílias, formando o bairro.

Com base em informações obtidas junto aos técnicos do Instituto Florestal e no levantamento documental e bibliográfico, estabeleceu-se um roteiro destinado primeiramente ao levantamento de campo, com vistas a uma avaliação inicial do universo a ser pesquisado.

Foram entrevistadas as famílias atualmente residentes (25 famílias), privilegiando nessa oportunidade os representantes com idade acima de 40 anos por estes deterem a riqueza do arcabouço das lembranças e da história oral. Os técnicos foram entrevistados no escritório da Estação em Peruíbe e em suas próprias residências, também em Peruíbe, já que não trabalham mais na instituição.

As entrevistas foram realizadas nos domicílios, seja nas residências dos sítios, seja nas próprias barracas dos sítiantes comerciantes. Nessa oportunidade foi possível observar de perto o modo de vida, o cotidiano dessas pessoas, acrescentando com isso novas informações sobre o universo pesquisado. O roteiro utilizado permitiu colher, além das informações cadastrais e pré-determinadas, outras informações passadas através do discurso livre dos entrevistados, que se desinibiam à medida que se envolviam com seus próprios relatos, esquecendo-se do constrangimento inicial da entrevista.

Dessa forma, foram obtidos resultados qualitativos sobre o deslocamento desses migrantes vindos do Nordeste e a formação do bairro na década de 70, e que hoje integra a área da Estação Ecológica Juréia-Itatins, verificando-se o deslocamento dessas famílias do rural para o rural, assim como a resistência em permanecer no local ainda hoje.

3 - A FORMAÇÃO DO BAIRRO

O bairro de Itinguçu foi ocupado por

famílias que se dedicam à pequena agricultura de subsistência, com um padrão tradicional de trabalho característico da cultura cabocla. O sistema de produção, que era inicialmente itinerante, baseava-se em técnicas rudimentares de derrubada da mata e queimada, cultivo no sistema de roça com aproveitamento da fertilidade natural do solo e utilização de plantas de crescimento fácil e rápido, trabalhado com instrumentos simples como enxada, cavadeira e bastão. Estas características possibilitaram uma ocupação independente das condições geográficas.

Localizaram-se em faixas de terras mais afastadas, onde se penetra com dificuldade pela falta de vias de comunicação, desenvolvendo o trabalho de adaptação ecológica necessário ao seu estabelecimento no local, desbravando áreas periféricas à semelhança das populações de cultura cabocla. O povoamento foi feito através de famílias conjugais - pais e filhos pequenos formando o bairro rural que tem suas bases físicas em uma área de habitat disperso, com um núcleo central que serve de fixação à população formado por uma praça e um patrimônio mínimo.

Do ponto de vista da posse da terra, são sítiantes posseiros que passaram para a condição de moradores da Estação Ecológica, com todas as implicações dessa condição. Assemelham-se às famílias de sítiantes tradicionais brasileiros estudados por FUKUI (1979) e QUEIROZ (1973).

QUEIROZ (1960), analisando a desorganização de pequenas comunidades brasileiras de Santa Brígida (Bahia), afirma que em quase todos os estudos do Brasil rural os pequenos policultores, que podem assemelhar-se aos moradores de Itinguçu, foram ignorados, à exceção do estudo de Antonio Cândido de Mello e Souza (CÂNDIDO, 1971), que estudou em profundidade um grupo formado por pequenos camponeses que cultivam roças, faixas de terras nos arredores de suas casas, definindo-o como um grupo que se adapta a um equilíbrio ecológico⁴ no qual vivem, equilíbrio que este determina tratos agrícolas característicos. Formado em plena colonização portuguesa, esse tipo de camponês persistiu até o século XX, en-

⁴Em CÂNDIDO (1971) equilíbrio ecológico é aquele obtido pelo grupo social entre as suas necessidades e os recursos do meio físico e para este dois ajustamentos são necessários: 1) o encontro de soluções que permitam explorar o meio físico para obter recursos para a subsistência e 2) estabelecer uma organização social compatível com elas.

contrando-se ainda numa grande parte do território brasileiro até meados de 1950. Suas características podem ser enumeradas: 1) isolamento em relação aos centros populosos e mais urbanizados; 2) apropriação das terras de uma forma efetiva, mesmo não-legal; 3) disponibilidade de terras que permitem ao camponês mudar a localização das roças, desde que a antiga não produza o suficiente; 4) mão-de-obra familiar; 5) ajuda vicinal; e 6) grande duração do lazer.

A vida material desse camponês era pobre e autárquica: casas feitas de barro e madeira, cobertas com folhas de palmeiras; técnicas agrícolas rudimentares; alimentação pouco variada, composta de milho, feijão, mandioca, produtos da cana-de-açúcar, algumas frutas, um pouco de carne; utensílios indispensáveis que ele mesmo fabrica; e vestimentas de algodão tecido pelas mulheres da família. Orgulham-se da independência, de não consumir senão aquilo que plantaram, adquirindo na vila somente o sal.

Se for proprietário das terras que ocupa, chama-se **sitiante**; todavia, nos vastos latifúndios de limites incertos ou nos domínios pertencentes ao Estado, não importando que possa habitar anos a fio sem tirar a atenção, é denominado **posseiro**.

Os Itinguenses de hoje têm em seu modo de vida traços dessa cultura rústica⁵, que foi se transformando gradativamente no processo de adaptação ao meio. Incluem-se aí as grandes transformações a que tiveram que se submeter, não só decorrentes da saída de seus estados de origem com suas especificidades regionais e a inserção em outra região, como aquelas decorrentes de um estágio mais avançado do desenvolvimento capitalista no campo. Acompanhando o raciocínio de CÂNDIDO (1971) sobre a relação entre as necessidades e os recursos do meio físico, acredita-se que aqui, igualmente entre os moradores de Itinguçu, foram sendo incorporados e reinterpretados valores que definiram a organização social correspondente à realidade encontrada.

Pode-se inferir das entrevistas que,

⁵Definida por CÂNDIDO (1971) como aquela composta por um tipo social e cultural indicando um universo das culturas tradicionais do homem do campo, as que resultaram do ajustamento do colonizador português do Novo Mundo, implicando em constante incorporação e interpretação de traços que vão se alterando ao longo do contínuo rural-urbano. Corresponderia, segundo o próprio autor, ao conceito de cultura camponesa de autores como REDFIELD (1953).

inicialmente, o primeiro grupo de moradores apresentava as formas elementares de sociabilidade suficientes para constituírem-se enquanto unidade populacional; para estabelecer, além das relações familiares, relações de vizinhança, relações interbairros e relações com a cidade mais próxima (Peruíbe).

Os moradores de Itinguçu diferem, em grande parte, do que se tem como características da cultura do caipira. Isso se deve à manutenção de traços muito fortes da cultura de origem. Da cultura caipira parecem ter utilizado apenas o necessário para a adaptação ao meio totalmente diverso de seus estados de origem. Mesmo aqueles que não se dedicam ao comércio e produzem só para a subsistência não têm uma economia fechada como a do caipira. Possuem a roça (mandioca, milho, feijão, banana), e se abastecem de outros produtos, inclusive arroz, no mercado mais próximo de Perúibe. Assemelham-se, entretanto, ao caipira no fato de não produzirem excedentes na roça, nem demonstrarem interesse em produzir mais. Contudo, não se verifica neste caso o ajustamento ecológico e social mencionado por CÂNDIDO (1971) já que, produzindo aquém do necessário, precisam efetuar compras no mercado próximo para completar sua dieta alimentar.

Assim observa-se apenas a presença de parte das características da cultura caipira apontadas pelo citado autor, quais sejam: posse de terras e trabalho doméstico. As demais, como isolamento, auxílio vicinal, disponibilidade de terras e margem de lazer não ocorrem hoje.

A sociabilidade local, típica do caipira, igualmente não ocorre. Não existem práticas festivas locais que reúnem os moradores, e a ajuda mútua é esporádica e rara. A afirmação: “*aqui cada um cuida de sua vida*” é um indicador da sociabilidade existente. Para as atividades sociais deslocam-se para a cidade mais próxima, Perúibe, já que no bairro não existe uma igreja.

A organização dos moradores, porém, emerge quando existe um perigo externo iminente. Foi o que ocorreu por ocasião do conflito armado na década de 80, e é o que ocorre vez ou outra quando existem problemas dos moradores na relação com o poder público - Instituto Florestal (SMA), Procuradoria do Meio Ambiente de Perúibe, etc.

A independência familiar tão fortemente afirmada entre eles (“*aqui cada um cuida da sua*”

vida”, conforme frase de uma moradora) é hoje mais verdadeira que outrora, quando não podiam negligenciar a ajuda dos vizinhos para o trabalho dos campos, para a construção da casa, de uma ponte, na abertura dos caminhos a facção (picadas). Sem contar que à época da vinda, as famílias eram jovens, com filhos ainda pequenos, não tendo ainda se constituído a força de trabalho familiar. As técnicas agrícolas rudimentares desses camponeses eram insuficientes para dar conta sozinhos do trabalho da unidade familiar, sobretudo para aquelas tarefas que exigiam rapidez na execução. O mutirão⁶, forma coletiva de trabalho, foi um recurso importante para abrir uma clareira na floresta, limpar o terreno, semear, colher, bater o grão, construir a casa, moinho, etc. As pessoas do bairro periodicamente convergiam para a cidade próxima (Peruíbe) num vaivém constante, o que acontece até hoje e com maior frequência. Perúibe é o centro da organização administrativa, é onde encontram-se a delegacia de polícia, cartórios, hospitais para atendimento médico, etc.

O bairro é assim formado pouco a pouco, estabelecendo-se como base territorial para o agrupamento social, onde se identifica o **sentimento de localidade** mencionado por CÂNDIDO (1971) em seu estudo do caipira paulista, muito embora guarde deste apenas relativa semelhança. Itinguçu é um espaço geográfico sobre o qual verifica-se o intercâmbio entre as famílias e as pessoas, intercâmbio que se alterou com o passar de longos anos, mas constituiu uma unidade sobre a qual os moradores têm consciência de pertencer.

Acredita-se que inicialmente as semelhanças entre os caipiras de Cândido e esse grupo foram maiores. À época do desbravamento da área, a forma de constituição assemelha-se muito ao bairro rural definido pelo autor. À medida que se desenrolam os fatos históricos locais, esses traços parecem esmaecer, surgindo outros mais fortes marcados pela resistência e luta pela posse da terra.

O entrosamento desse sítio com a economia da sociedade mais abrangente se dá

⁶Mutirão: “Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho de derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc... não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliam”, CÂNDIDO (1971, p.68). Ao fim da jornada, oferecer aos vizinhos que ajudaram uma refeição acompanhada de divertimento: baile, etc.

hoje no relacionamento com os órgãos governamentais encarregados da administração e fiscalização da Unidade de Conservação, com os agentes políticos presentes na área: prefeitos, vereadores, representantes de secretários de estado, diretores de escola, representantes de Organização Não-Governamental (ONG) e do poder público. O comércio é um setor que intensifica sobremaneira as relações desse sítio com os valores urbanos e globais, e embora não praticado por todos os moradores, é um fator que atinge a todos direta ou indiretamente. É o agente dinamizador do bairro, em torno do qual se multiplicam as atividades não-agrícolas geradoras de renda. É o agente motor do “entrosamento” da população local no conjunto da sociedade global.

Parte dos indivíduos, além de exercerem as funções agrárias, desenvolvem pequeno comércio em barracas, mas não existe estratificação social marcada por isso, e a existente é pouco acentuada.

O ritmo de dispersão-reunião altera-se em função da maior ou menor ameaça de permanência na área, questão muito presente para os moradores do bairro, em função de políticas governamentais relacionadas com a preservação do meio ambiente ou qualquer resolução em que estejam envolvidas autoridades federais, estaduais ou municipais.

A desorganização social, no entanto, decorre do desequilíbrio do nível de vida, ameaçado pela insuficiência da agricultura desenvolvida, e da falta de alternativa de renda que se manifesta em conflitos familiares, interfamiliares, entre moradores e agentes do governo.

Na estrutura e organização do grupo familiar dessa população que se pode chamar de rústica⁷ encontra-se o padrão tradicional da sociedade brasileira em sua característica fundamental de constituição da unidade produtiva, a família conjugal. Na forma de organização da unidade em grupos de vizinhança, nos padrões técnicos e utilizados nas formas de acesso à terra também se assemelham ao padrão tradicional brasileiro. Outro traço que contribui para a homogeneidade desse grupo advém do fato de serem originários, em sua maior parte, da mesma região, Nordeste.

⁷FUKUI (1979) “universo de culturas tradicionais do homem do campo, resultante do ajustamento do colonizador português ao novo meio”, citando CÂNDIDO, A. Cultura rústica em CÂNDIDO (1971, p. 21).

Embora não apresentem, hoje, formas evidentes de cooperação e auxílio mútuo como traço da "comunidade", pelos relatos obtidos pode-se apreender que uns trouxeram os outros e, nas primeiras investidas mata adentro, houve um grau de solidariedade. Há que se salientar ainda, que os laços de solidariedade mais evidentes foram os de parentesco.

4 - A FRONTEIRA RURAL-URBANA

A partir deste tópico são discutidos os resultados *vis-à-vis* a literatura sobre o tema. Isto é, aqui são apresentados os depoimentos dos entrevistados, agregando desta forma, significado aos fenômenos observados em pesquisa de campo, e capturando uma história que, de outra forma, não se encontraria registrada em nenhum lugar.

O bairro de Itinguçu enquadra-se no grupo que se desloca de zonas rurais do Nordeste para zonas rurais do Estado de São Paulo, e os padrões de comportamento vigentes em suas áreas de origem sofrem as transformações necessárias à adaptação ao novo meio, mas talvez de modo bem mais lento que para aqueles que se dirigem aos centros urbanos. Trata-se aqui de uma migração rural-rural.

Há mais de 30 anos os migrantes vieram para o bairro provenientes da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, do interior do Estado de São Paulo e da própria região do Vale do Ribeira. Muitos deles, antes de chegar passaram pela cidade de São Paulo, onde tomaram conhecimento da existência dessas terras devolutas dirigindo-se para lá. Devido à proximidade e por Itinguçu situar-se nos limites da Estação Ecológica com o município de Peruíbe, é para este que se dirigem quando precisam realizar compras, tratamentos médicos, cultos religiosos e mesmo para o exercício da sociabilidade. A estrada de acesso é estreita e de terra, cortada por riachos formados pelas cachoeiras locais. Quando chove, o trânsito torna-se difícil pelo aumento do volume de água dos riachos impedindo a passagem. Não existem arranjos para o tráfego, seja de automóveis, seja de pedestres. A passagem se faz sobre o leito dos riachos, forrados de grandes pedregulhos naturais.

O bairro é servido apenas por uma linha de ônibus, com um horário de manhã e outro

à tarde. Tem também um trenzinho turístico que faz algumas viagens, mas são mais freqüentes próximos a feriados e fins de semana. Fora disso, o transporte é realizado só a pé ou com carros particulares, de preferência jipes.

É um local turístico, já que nele está situada a Cachoeira Paraíso, que chega a receber 6.000 turistas em um final de semana. Essa Cachoeira é a porta principal do bairro, onde se aglutinam Escola, Postinho (de Saúde) e cinco barracas que vendem refrigerantes, cervejas, co-co verde, peixe frito, salgadinhos e etc. aos turistas.

Das 25 famílias atualmente residentes, apenas seis tem barraca e dedicam-se a esse comércio, as demais vivem nos sítios a partir da agricultura de subsistência. Os barraqueiros, em sua maioria, têm um ponto de referência dentro do bairro, nos sítios, mas alguns moram mesmo na "barraca".

O acesso aos sítios passa pelo Rio Itinguçu, que vem da Cachoeira Paraíso. É atravessado a pé pelos moradores, pois não tem nenhuma ponte ou pinguela para este fim. O leito do rio tem aproximadamente um metro de profundidade, mas pode aumentar em dias de chuva. Esse obstáculo natural dificulta o trânsito diário dos moradores, principalmente das crianças que vão à escola situada ao lado das barracas e do Postinho de Saúde.

Os primeiros contatos locais informam que as famílias têm uma história de chegada antecedida por moradia dos pais, em geral do marido, e a rede de parentesco na localidade prevalece num grande número de casos. O início é quase sempre marcado pela moradia conjunta de famílias, em geral dos pais do marido. Internamente ao bairro, no entanto, durante o longo tempo de convivência desenvolvem-se fortes relações de vizinhança, embora diferentes das relações do modo de vida caipira.

As famílias vieram em busca de uma situação em São Paulo, e não encontrando tal facilidade, terminaram por migrar para a Juréia. Portanto, pensando em uma categoria metodológica para definir essa população de origem diversa, o migrante seria a mais indicada para essa população.

Pode-se também referir a uma população de origem e tradição rural, já que seus progenitores todos, sem exceção, trabalharam na agricultura. ZAN (1986) encontrou situação pare-

cida em seu estudo no município de Sete Barras, quando afirma que *“a maioria dos posseiros migrantes veio de regiões que foram e ainda são ocupadas pela pequena agricultura de subsistência, ou seja: Agreste Nordestino, Interior da Bahia, Espírito Santo e Zona da Mata Mineira”*.

Ao analisar a mudança sócio-cultural que exige o deslocamento de população e a migração para a cidade, DURHAM (1973) oferece importantes elementos para a comparação na retrospectiva do desenvolvimento do País durante o período que antecede a vinda dos moradores de Itinguçu para o local, o que parece relevante para o entendimento do movimento dessa população de seus estados de origem para São Paulo. Houve, a partir de 1940, conforme essa autora, um intenso deslocamento interestadual da população nacional e em 1950, os estados que haviam recebido os maiores contingentes de migrantes eram São Paulo, Distrito Federal (atual Guanabara), Paraná e Rio de Janeiro. Seguiam-se Goiás, Minas Gerais e Pernambuco. Os dados de 1970 sobre o deslocamento populacional - década em que se inicia o núcleo de Itinguçu - apontam, segundo a autora, a mesma concentração verificada na década de 50.

“São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, formam, portanto, uma área contínua de atração de população. Como se trata de estados mais urbanizados, mais industrializados e, inclusive, de agricultura mais desenvolvida, não resta menor dúvida que a migração interna se apresenta como um capítulo do desenvolvimento do capitalismo industrial e agrícola no Brasil” (DURHAM, 1973, p. 32).

Na análise dos estados em que se verificou maior **emigração** em 1950, a autora distingue duas zonas de emigração. Uma das quais é a formada por Minas Gerais, Bahia e os estados do Nordeste, caracterizada por grande contingente rural, relativamente densa em termos dos recursos técnicos disponíveis e presa ainda a relações de trabalho tradicionais.

“A emigração desta área corresponde certamente ao abandono de sistemas econômicos pouco produtivos por uma população que procura integrar-se ao sistema capitalista-industrial em desenvolvimento no sul do país” (DURHAM, 1973, p.32).

As zonas de origem dos migrantes que chegam a São Paulo são ou foram áreas por excelência da economia de subsistência: o interior do

Estado de São Paulo e da Bahia, o sertão e o agreste do Nordeste, Bahia e Minas Gerais. À margem dos sistemas econômicos voltados para a exportação colocam-se os homens livres sem recursos, emigrados, mestiços ou libertos vivendo como agregados, como produtores independentes, mas isolados e auto-suficientes (DURHAM, 1973, p.32). Após a geada de 1974 e o avanço da soja sobre as áreas de agricultura familiar, o Paraná coloca-se entre os líderes de população migrante para São Paulo no País.

A formação do núcleo Itinguçu sugere o engajamento nesse processo de integração da população em sistemas mais produtivos, que comandam e direcionam o volume dos deslocamentos e a participação num processo em que a população das áreas menos favorecidas do País busca beneficiar-se do desenvolvimento econômico, transferindo-se para as regiões mais ricas onde se concentram as oportunidades de melhoria de vida.

Segundo a autora, a industrialização do País *“opera no sentido de desagregar a estrutura da sociedade rural, provocando uma crise nos meios de subsistência que efetivamente expulsa o trabalhador do campo para a cidade”* (DURHAM, 1973, p.32). Mas não só para a cidade, observa a autora deste trabalho. Pode-se observar também expulsão para o campo de regiões mais desenvolvidas, como é o caso aqui estudado.

A vinda dessa população de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia para Itinguçu representou uma mudança importante. Conforme depoimentos colhidos, as pessoas vieram para o local na expectativa de trabalhar na própria terra, vieram com a esperança de tornar-se também proprietários, iniciando esse projeto na condição de posseiro. Nesse sentido observa-se uma variação na participação do sistema tradicional de dominação, tal qual observada por DURHAM (1973) no deslocamento de população para a cidade. Em outros termos, essa população busca novas alternativas, recusando a submissão e obediência constante; busca a autonomia camponesa em matéria de trabalho, estabelecendo seus horários, trabalhando quando querem, plantando o que querem, rechaçando toda e qualquer disciplina imposta de fora. Não é de se estranhar, portanto, sua resistência em sair das terras, seja em passado recente, à época do conflito armado, seja hoje, após a criação da Unidade de Conservação.

Sobre a ocupação do bairro obtiveram-se diversas informações. Muitas pessoas vieram para Itinguçu após terem algum tipo de contato com alguém que já morava ali ou conhecia. Assim a posse era transferida de um para outro através do pagamento de certa quantia. Alguns vieram atraídos pela caça.

A possibilidade de produção comercial da banana foi também um forte atrativo. Essa cultura começou a ser produzida no litoral paulista, Baixada Santista por espanhóis das Canárias na última década do século passado, motivados pelo crescimento do mercado, principalmente de São Paulo. Foram então seguidos pelos portugueses e brasileiros. O desenvolvimento da bananicultura no litoral esteve, inicialmente, ligado ao crescimento da demanda do produto, que acompanhou o processo de industrialização de São Paulo. Considerada a fruta do povo - banana de italiano -, seu mercado esteve relacionado aos magros salários pagos aos trabalhadores da indústria e do comércio paulistanos. Com a expansão contínua dos bananais em São Paulo, na década de 40 o produto ocupou extensas áreas dos Vales do São Lourenço, Juquiá e Baixo Ribeira. Nessa oportunidade, a produção, que era monopólio dos latifundiários espanhóis e portugueses, passa para pequenos e médios proprietários, brasileiros e japoneses que cultivam na Baixada. Observa-se uma nova organização da estrutura agrária regional apoiada em meios de transportes mais eficientes do que aquela observada com a implantação e pavimentação da BR-2 (atual BR-116), intensificando-se o processo de incorporação⁸ (ZAN, 1986).

ZAN (1986), citando MÜLLER (1980), observa que de 1940-70 ocorreu acentuada diminuição das lavouras temporárias, acompanhada do crescimento dos cultivos permanentes, o que reflete a decadência da policultura de subsistência - "produção promíscua" - e a expansão da agricultura comercial. Acrescenta ainda que o avanço da lavoura comercial, ao provocar a decadência da agricultura de subsistência, acabou acentuando a pauperização de grande parte dos trabalhadores. Nesse momento pode ter se iniciado a busca de novas áreas para aquele tipo de agricultura.

⁸Em MÜLLER (1980), incorporação é o processo negador do modo de vida caipira de organização da vida social, movido pela reorganização dos fluxos mercantis sob a determinação do capital urbano-industrial na Baixada Santista, cit. por ZAN (1986).

A bananicultura em Itinguçu é como uma repercussão tardia desse processo. Alguns moradores do bairro quando vieram de seus estados passaram pelo trabalho na agricultura do Vale, esse contato despertou o interesse na busca de possibilidades de produção da cultura.

"As primeiras mudas de banana eu trouxe nas costas do Perequê até aqui. Aqui não tinha muda de banana em lugar nenhum, trazia de Pedro de Toledo pra plantar aqui. Aí fui plantando, pegando o ritmo e fui fazendo. Daqui até a fazenda Pimenteira, todo mundo tinha pelo menos uns 3 mil pés de banana. Corria dinheiro, naquele tempo dava dinheiro. Eu ganhei muito dinheiro" (A.M.D., Itinguçu, fev. 2000).

No momento da implantação da Estação Ecológica e definição de seus limites, alguns sítios mais recentes foram desautorizados e as famílias tiveram que abandonar o local.

O processo de migração para Itinguçu apresenta igualmente um paralelo ao que foi encontrado por ZAN (1986) quando, apoiado em DURHAM (1973), afirma que a crise da agricultura de subsistência e da "sociedade cabocla" nos lugares de origem provocou o intenso movimento migratório dessas populações para as regiões economicamente mais desenvolvidas do País ou para a fronteira agrícola.

A propósito da migração de populações de zonas atrasadas para zonas mais prósperas, DURHAM (1973) afirma que se encontram sempre as mesmas técnicas produtivas, as mesmas formas de cooperação e auxílio mútuo, os mesmos laços de solidariedade e, principalmente, as mesmas condições precárias de existência, seja em comunidade de parceiros ou sítiantes em São Paulo (MELLO e SOUZA, 1964; MÜLLER 1949, 1957; WILLEMS, 1961); posseiros do litoral (WILLEMS e MUSSOLINI, 1952); meeiros ou agregados em Minas Gerais (CASTALDI et al., 1957; COSTA, 1960); sítiantes ou agregados no interior da Bahia (HARRIS, 1956), ou mesmo agricultores amazonenses (WAGLEY, 1957). Essa semelhança subjacente a variação das subculturas regionais, segundo a autora, relaciona-se a características da estrutura da sociedade rural brasileira e do processo histórico de sua formação. Retoma a época colonial com a dualidade entre o latifúndio, voltado para a exportação, baseado no trabalho escravo, e no outro extremo a população em grande parte livre, pouco densa, que se volta para uma economia de subsistência, estabelecida à margem

da grande lavoura. Cita MAXIMILIANO (1958): “*Nos cerrados que margeiam a costa, habitam famílias pobres, esparsas, que vivem da pesca e da colheita de suas plantações. São em geral negros mulatos e outras gentes de cor... Pobres demais para comprar escravos, e demasiado indolentes para o trabalho preferem morrer de fome*”. Segue afirmando serem estas as condições de formação da população e da cultura cabocla: “*sucedem-se, na costa, as habitações esparsas de uma população economicamente marginal, descendente de portugueses, negros e índios que vivem em grande isolamento*” (DURHAM, 1973, p. 49).

Inicialmente, a obtenção do equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio físico se deu através da manutenção de uma agricultura de subsistência, da atividade extrativa da banana e do palmito comercializados e de um escasso consumo externo. Atualmente, embora a agricultura de subsistência continue desempenhando importante papel, principalmente para aqueles que não têm atividades do comércio turístico, não existe mais a comercialização da banana e do palmito, e parte da alimentação básica é comprada em Peruíbe. Os que têm comércio nas barracas dispõem de menos tempo para dedicar-se à roça, mas mesmo assim mantêm alguma plantação.

Embora não admitam ter muito contato uns com os outros fora das relações da família - devido ao condicionamento do espaço, ao longo tempo morando no mesmo lugar e ao pequeno número de moradores -, todos participam e sabem da vida de todos. A própria dificuldade de transporte para Peruíbe, cidade mais próxima, faz com que se comuniquem e utilizem eventualmente do favor mútuo.

Com exceção das famílias de “barraqueiros”, os demais vivem da agricultura de subsistência⁹ e dos “bicos” que fazem. Os sítios têm entre dez e vinte alqueires, mas a falta de renda dos moradores torna a agricultura uma tarefa extremamente difícil. Não raras vezes, não dispõem de dinheiro para comprar semente para o plantio, sementes adquiridas em Peruíbe, principalmente, de milho e feijão. Antes, com a venda da banana obtinham certa receita. A roça é ainda importante alternativa de vida para a maior parte dos moradores.

⁹Sobre a agricultura familiar desenvolvida pelos moradores de Itinguçu, ver PANZUTTI (2002b).

No que se refere à organização e estrutura das unidades produtivas determinadas pela organização da família conjugal, a produção de subsistência de Itinguçu segue as características encontradas e descritas em estudos sobre migrantes, no que se refere à organização em grupos de vizinhança que estabelecem relações sociais mínimas entre si, formando o bairro; produzem com técnicas primitivas e uso extensivo do solo, o que requer disponibilidade constante de terras (DURHAM, 1973).

À época da criação da Estação (1986), a banana ainda tinha um bom preço e os agricultores conseguiam renda, daí sua plantação ser um forte atrativo na área. Não tendo limitação de área, as roças ficavam entremeadas, fazendo-se o rodízio numa agricultura itinerante. Quando a área transformou-se em Estação, começaram a haver restrições. Com isso, a produção comercial de banana foi gradativamente se extinguindo. Hoje tem muita banana no mercado, o preço está muito baixo e a cada dia que passa o consumidor é mais exigente. Isso dificulta a inserção comercial de um produto que não atende aos padrões de qualidade, que só são obtidos com o uso de tecnologias inviáveis para esses agricultores.

A indeterminação de fronteiras existente no passado deu lugar a espaços bem definidos (“*o que é meu e o que é seu*”), mudando o jeito do sítio existir, mudando também o conceito de propriedade e da posse. À medida que a produção se volta para o mercado, definem-se produtos mais comercializáveis que tomam o lugar de outros até então produzidos, e a subsistência passa a ser complementada por produtos comprados.

Com a entrada de novos moradores acentua-se a necessidade do estabelecimento de fronteiras, de divisas, pois começam a surgir problemas entre vizinhos, o que não existia anteriormente com a disponibilidade de espaço.

O meio natural do bairro é variado e, dependendo da localização do sítio, o solo e o relevo são melhores para certos plantios. A faixa de baixada é boa para a agricultura, daí as afirmações de alguns moradores de que “*tudo que se plantar, dá*”. Entretanto, isso está longe de uma produção comercial. Procedimentos tais como a pulverização e adubação são restringidos pelas características da Estação e a forma “natural” de produção hoje não oferece condições para uma produção competitiva. No futuro, no entanto,

poderá vir a ser um nicho de produtos orgânicos, sustentáveis, tão valorizados na atualidade. Já os sítios localizados na faixa de serra não oferecem sequer as condições naturais para a produção. Aí a erosão torna difícil qualquer agricultura.

Da perspectiva da obtenção dos meios de vida, o que se observa é que ainda existe um equilíbrio, embora mínimo, mantido através da exploração de algumas plantações de milho, mandioca, batata, abóbora, cana, banana, feijão, arroz, jaca, abacaxi; criações: porco, galinha; e completada com produtos adquiridos no comércio. O local é particularmente impróprio para o cultivo do feijão devido à umidade: a secagem é muito difícil. O consumo da carne fresca é restrito, não só pela falta do poder aquisitivo, como pela dificuldade do armazenamento. Como não tem luz elétrica na maior parte dos domicílios, não há refrigerador para armazenar alimentos e o recurso utilizado é a salga da carne para colocá-la ao sol. Somente nas barracas (em número de seis) tem luz elétrica.

A mandioca e a cana são comercializadas com os próprios moradores locais, aqueles que têm barraca compram cana para fazer garapa e mandioca para servirem na lanchonete.

A agricultura é praticada entre os membros da família, é um trabalho sem especialização, do qual quase todos participam de uma forma ou outra. Não existem formas de especialização de funções, dado os baixos níveis da divisão de trabalho e da estratificação social, tal qual descrito por FRANCO (1969), referindo-se à sociedade caipira: *“A pobreza da cultura reforça essa tendência (de economia que não se assenta em divisão de trabalho, não sustenta formas de especialização e de estratificação social). As tarefas simples e rotineiras podem ser completamente dominadas por todos os membros da família.”* Os instrumentos utilizados são ainda rudimentares: cavadeira, machado, foice, enxada, enxadão, sem o uso de tração animal nem arado. É comum a criação de pequenos animais, como porco e galinha, para consumo próprio e mesmo um incipiente comércio.

Hortaliças são pouco plantadas, pois a reclamação é que a maresia “queima”, as formigas não permitem o cultivo e não se pode usar veneno para matá-las.

As condições climáticas não favorecem o cultivo de algumas espécies de frutas. Isso se evidencia nas afirmações dos moradores: *“man-*

ga é difícil de dar devidas às condições do clima muito úmido e a mixirica dá um ‘besourinho’ que entra dentro da madeira dela, rapidinho morrem os pés, melancia não dá, coco é só a casca, com pouco miolo e caju dá um pouco”. Porém, algumas espécies de frutas (cacau, goiaba, jabuticaba, laranja, poncã, fruta-do-conde e guavirá) são obtidas. Essas dificuldades apontadas pelos moradores sugerem ser o resultado de uma transposição das culturas características do Nordeste que não se adaptam à Juréia.

Os entraves à produção e a falta de condições para colocar o produto no mercado fazem com que os moradores não se sintam estimulados a reivindicar mais terra. Sem meios para transportar o produto, para colocá-lo à venda em Peruíbe ou outro bairro mais próximo, os moradores não demonstram ter expectativas de aumentar a produção. Mesmo a banana, que é o produto que poderia ter alguma comercialização, freqüentemente é perdida.

“Passarinho come e ou se demora muito para vender amadurece e cai do pé. Não tem pra quem vender...eu mesmo perdi muita banana aqui, via a banana cair no chão e derreter tudo, porque não tinha comprador...” (G. P. S., morador de Itinguçu, janeiro 2000).

Para alguns moradores a roça é a única alternativa de vida: *“A pessoa que não tem o 4º ano dentro da cidade... só se for trabalhar de servente de pedreiro, para outro serviço não. Se for trabalhar de motorista tem que ter leitura, se for no escritório tem que ter leitura...se é para trabalhar na rua como varredor de rua tem que ter 8º série, se não tiver, não encontra serviço”* (J. V. P., morador de Itinguçu, agosto 99).

Poucos possuem gado de leite e de corte, e os que têm vendem para fora. O gado de corte é vendido vivo e o de leite é só para consumo próprio.

“Gado eu não quero criar aqui por causa da mutuca. O gado fica muito sofrido, fica vermelho de sangue e tem o morcego vampiro que senta num lugar de noite e sangra os animais. Tem que deixar a luz acesa a noite toda para mó dos morcego não atacar os gado. E nós não tem luz elétrica no sítio. Nos já fez o requerimento da luz e foi aprovado pelo prefeito de Iguape que falou que em 8 meses a luz tava lá. Mas acho que esse negócio de ecologia fica amarrando as atividades” (G. P. S., morador de Itinguçu, março 2000).

Problemas entre os moradores são obstáculos à produção de pequenos animais (porco, galinha, etc.). *"Aqui dá ladrão pra chu-chu... como dá ladrão... eu fico aqui 20 dias cuidando das galinhas, dando milho, batendo mandioca... depois eu passo 10 dias lá em Santos, quando chegar aqui ... então é por isto que eu não crio nada"* (N. A. S., morador de Itinguçu, março 2000).

Poucos são os que, a despeito das dificuldades locais, têm projetos para o futuro com relação à mandioca, plantio e processamento, e palmito, embora este último seja legalmente proibido.

Esses agricultores familiares estão localizados numa área que chegou a praticar alguma agricultura convencional com a utilização de adubos e agrotóxicos e, que a partir da criação da EEJI, passaram a ser proibidos. Estes, que já conviviam com as dificuldades normais da produção agrícola tradicional e posteriormente convencional, viram-se de uma hora para outra cerceados em seus usos e costumes, sem que lhes fossem oferecidas outras alternativas de sobrevivência.

As barracas são de madeira e é proibida a construção de alvenaria. Somente a escola e o Postinho de Saúde são de alvenaria, construídos pelos moradores em regime de mutirão.

5 - PERSPECTIVA DOS MORADORES

As razões apontadas para a vinda à Itinguçu, embora diversificadas, podem ser reunidas numa única, baseada na perspectiva dos moradores: a busca de condições mínimas de sobrevivência.

"Eu vim da Bahia, empurrado de seca e necessidade. Então cheguei em São Paulo, vim onde tinha um parente em Apiaí. Quando cheguei aí ele disse, aqui tem umas glebas de terra que dá para a pessoa se apossear. Então tinha um morador, procurei e encontrei ele, um baiano, conterrâneo um do outro. Falou não... aqui não tá tendo, mas por aí se arranja. Então, daquela fiquei. Foi donde resistiu (a invasão de grileiros-conflito armado). Eu briguei para pegar o que é meu... me tiraram de lá". Antes de vir para o local este informante trabalhou em construção como ajudante, era braçal (Josias, ex-morador, 2000).

"Meu prazer era tocar a lavoura, que nem eu provo com meus documentos que sou

lavrador... toda vida, fanático era lavrar para sustentar a Nação" (Josias, ex-morador, 2000).

"Na Bahia, meu pai trabalhava na roça... de noite e de dia botava a gente pra trabalhar na roça. Saía caminhão de manhã de farinha, de feijão e de milho. Aquela época era bom demais. Agora que se acabou a Bahia. Meus pais plantavam .. criava gado... cabra, porco. A terra era deles mesmo. Agora tá só com a casa na cidade (mãe)" (Josias, ex-morador, 2000).

Em Vitória da Conquista, de onde veio, também era lavrador: *"A terra lá era do meu sogro, mas devido a seca e necessidade foi que a gente correu. Vim com a família toda. Eu sou chefe de 11, pai de 11 filhos, estão aqui tudo comigo, tenho 35 netos e 3 bisnetos. Mas na gleba (Itinguçu), fui eu com os filhos. Quando eu vim da Bahia eu vim com tudo, até São Paulo. Hoje estou aqui, nessa mesma situação. Hoje já tem parente, já tem cunhado, sobrinho... eu vim primeiro de todos. Aí já tem uma porção de parente, mas naquela época não, vim sozinho. Para lhe ser franco, entrei... como em todo lugar que eu entro...com disposição de índio, entro com a fé e a coragem"* (Josias ex-morador, 2000).

Uma história diferente é contada por outro morador que saiu de Itinguçu: *"Eu morava em São Paulo, tinha 2 taxis e um caminhão. Foi o meu pai, através do Patrimônio Imobiliário, que viu no jornal em Peruíbe que estavam dando as terras. Foi um anúncio de jornal de uma imobiliária. Ele pegou o jornal e veio até o local. Não tinha nem estrada, era uma picada dali da entrada até Itinguçu, era uma picada. Foi mais ou menos em 76. Tinha um morador que tinha mais de 60, 70 anos ali.*

Outra história: *"Tinha um senhor que era do exército ali no Perequê. Ele fez uma cabana coberta de palha de palmito. Nós eramos em 20 pessoas. Ele convidou para vir na cabana que ele fez. Ele deu uns formulários grandes assim para cada um e falou: essa terra é devoluta, pode cultivar para sobreviver. Se em algum tempo o Estado precisar dessa terra, ele te dá outra terra e pode entrar com coragem. Desses 20, muitos já foram embora. Depois nós fomos no patrimônio do Estado e ele autorizou nos a entrar e deu pra nos um protocolo de domínio das terras. Eu tenho o protocolo guardado aí, não deixo ninguém invadir. Eu vim de Minas, eu andava a procura de umas áreas bonitas, virgens, que eu pudesse usar dela, mas no sossego. Aqui não tinha dono,*

agora veio essa história de ecologia” (G. P. S., 60 anos, 2000).

Muitas pessoas vieram para Itinguçu após terem algum tipo de contato com pessoas ou parentes que conheciam ou já moravam ali. Mas a constante nos depoimentos é a busca de terras para a realização de um projeto (sonho) de autonomia.

“Eu já morava em Pedro de Toledo. Aqui só se chegava a pé, não tinha condição nenhuma. Até o Garaú era um milagre. Tinham dois trilhinhos para você vir com o carro até o Guaraú e de lá vinha à pé” (A. M. D., morador, 62 anos, 2000).

Em alguns casos a posse foi transferida de um para outro através do pagamento de certa quantia, conforme depoimento de morador abaixo que trocou a posse por um revólver 38 e um “dinheirinho, 600 mil réis”: *“porque a terra não era dele. Ele era posseiro. Aí eu passei em São Paulo pra legalizar. Aí ele me deu um protocolo e falou: ‘O senhor vai lá, a terra não é de ninguém, é do Estado e o senhor vai trabalhar’. Aí eu quis plantar um bananal, mas pra mim fazer isso eu tinha que ter um documento, né? Aí “ó, o senhor vai lá, o senhor não briga com ninguém, se aparecer um dono o senhor vem aqui que a gente conversa. Aí, inclusive morreu nego aí...mas como eu tinha aquele papel...A moça...não me lembro o nome dela, acho que era Antonia, falou assim: “O senhor não briga com ninguém, se o cara falar que a terra é dele, tudo bem, o senhor vem aqui, conversa com a gente. Esse lugar que o senhor está, ninguém é dono, é do Estado. De 72 até 76 eu fiquei com a terra, não mexi em nada. Em 76, como eu quis plantar um bananal, eu fui lá e pedi e ela me disse que eu podia plantar o que eu quisesse. Se aparecer alguém dono da terra o senhor vem aqui, porque o que o senhor fizer é seu e a terra é do cara, então você faz um acordo e tudo bem. Aí, depois em 86, a gente é muito relaxado, porque eu devia ter recorrido aquilo lá, pagar o documento, antes de 86. Fiquei 10 anos com esse papelzinho, plantei bananal...”* (A. M. D., morador, 62 anos, 2000).

Observe-se que nesse depoimento o morador se arrepende de não ter procurado evitar que sua área ficasse dentro da área de proteção, dentro da Estação. A Estação Ecológica foi criada em 1986.

A caça foi também um dos atrativos: *“Eu vim pra caçar, porque eu gostava muito da*

mata e vim pra cá, conheci esse rapaz... Eu vinha aqui e trazia carne para ele (o informante tinha um açougue). Ele matava a caça... nós levava a caça, porque aqui, naquela época era barbaridade para caçar! O cara falou o seguinte: “Então eu te vendo essa posse. Eu não me lembro por quanto, mas eu sei que eu dei um revolver para ele vender...só que não era nada reconhecido pelo Estado. Ele era posseiro naquela época e morava aqui já há uns dez ou vinte anos., sei lá...Aí eu dei um revólver 38 para ele e um dinheirinho, não me lembro se foi 600 mil réis, não me lembro...isso foi em 72” (A. M. D., morador, 62 anos, Itinguçu, 2000).

Depreende-se do depoimento acima o espírito de aventura a que estavam afeitos esses migrantes. A arma, sem dúvida, era um elemento necessário ao embrenhar-se em terras desconhecidas.

Itinguçu foi uma esperança de vida e trabalho para muitos moradores. Alguns estiveram no local, mas acabaram desistindo: *“... eu queria trabalhar, achava que ia formar ali o meu futuro...mas não pude fazer futuro nenhum, a gente entrou, quando foi no fim (com a criação da Estação Ecológica) fui obrigado, tive que voltar para trás. O que eu fiz (plantação, casa de sítio, etc.) lá, perdi tudo”* (Josias, ex-morador, 2000).

O ex-morador refere-se ao momento da implantação da Estação Ecológica e definição de seus limites, quando alguns sítios, os mais recentes, foram desautorizados, e a família teve que abandonar o local.

As restrições legais impostas com a criação da Estação tiveram papel importante na saída de moradores. Sem a possibilidade de trabalhar na terra, dirigiram-se para Peruíbe, na busca de integrar a vida da cidade. Alternativa difícil para quem, além de analfabeto, só tem experiência como lavrador. Na cidade repete-se o mesmo esquema de ocupação das áreas ou compra de posse: *“Aqui eu entrei comprando, mas entrei só eu e Deus e a coragem... aqui não tinha ninguém, nesse bairro. Aqui só tinha capoeirão e mataria. Esta rua era da Estação (trem) para o lado de lá... para o lado de cá não tinha nada. Quando entrei aqui era bravo... entrei aqui tirando de foice, picada de foice... entrei aqui nessas condições, não tinha um morador ... hoje é que tem...mas naquela época não tinha nada”* (Josias, ex-morador, 2000).

Morando nas beiradas da cidade, sem

instrução e qualificação para o trabalho urbano, os moradores acabam por desenvolver trabalhos marginais, como o caso de um morador, que transformou-se em carroceiro (sem animal de tração). Raros foram os que conseguiram alguma inserção em atividades urbanas, com emprego fixo e remunerado.

Voltando o olhar para a trajetória familiar e profissional desses moradores, observa-se que, diante da impossibilidade de reproduzir os padrões de comportamento ideais dadas suas parcas condições, desenvolvem modelos alternativos, através dos quais se viabilizam.

Alguns moradores, antes de vir para Itinguçu, tentaram a vida em São Paulo, mas não encontrando inserção favorável mudaram de rumo: *"fui funcionário em São Paulo... (guarda de banco, vigia) eu vim de São Paulo porque não poderia, com o que ganhava lá, dar sustento para meus filhos, para a minha família. Vim para a roça, mesmo"* (S. V. L., 65 anos, 1999).

"No começo, quando nós viemos pra cá, ele tinha uma Caravan, aí ele chegou aqui como nós era de São Paulo, tinha um nível de vida, eu trabalhava ele era mestre de obras, quando nós viemos pra cá tinha muita pobreza aqui, muito bananal, e o pessoal sofria muito por que não tinha venda de banana aqui, isso aqui era muito pobre, a mulherada vivia carregando banana para vender, palmito, comendo sopa de banana... ele (marido) comprou um caminhão, aí eles arrumaram outro comprador de banana, aí ele vendeu, deu o que nós tinha de entrada, para pagar umas dívidas e compramos banana, só que o pessoal traiu nós, o pessoal vendeu banana pra outra pessoa, e ele não tinha banana para levar, e tinha que pagar o caminhão, quatrocentos cruzeiros por mês, não tinha renda nenhuma, aí nos começamos com ponto, para tirar esse dinheiro pra pagar o caminhão, e foi daqui, foi de lá, nós conseguiu tirar esse dinheiro para pagar o caminhão, porque tinha que pagar de uma vez naquela época, ele pagou o caminhão, e ele ficou carregando areia, fazendo um carretinho aqui, carretinho ali, até que nós vendemos o caminhão, eu comecei trabalhar depois. Comecei a trabalhar no posto, lavava roupa para fora primeiro, quando não tava trabalhando aqui, lavava muita roupa para fora, eu ia buscar roupa até em Peruíbe para lavar. Aí ele ficou aqui, ele pegou obra para fazer, carregava areia, carreto de areia" (M. J. M., moradora, 44 anos, 1998).

"O povo falava para ele que São Paulo era bom, que Minas não era bom, que não tinha mais futuro. Então ele foi pela cabeça dos outro veio, para caçar "mióra", não é? Mas quando eu vim de Minas nós veio primeiramente para Pedro de Toledo. A gente trabalhou muito lá de caseiro. Depois que a gente veio para aqui" (A. S. P., moradora, 54 anos, 1998).

"Quando nós viemos de Minas, de muda, no mesmo dia nós já conheceu um senhor, que convidou para ir trabalhar no sítio dele, que é o Seu Zé Rodrigo. Aí nós foi morar no sítio dele, morou muito tempo lá, trabalhando no sítio de banana dele, cuidando do bananal e carregando banana. Ficamos muito tempo em Toledo, de um patrão para outro. Quando não dava certo com um a gente trabalhava com outro, até que vieram parar aqui. Quando ele parou de trabalhar de caseiro, ele arrendou uma terra em Três Barras para plantar verdura, feijão, milho, batata, mandioca. Bastante verdura, porque exportava a verdura para São Paulo. Aí depois que nós saiu da terra arrendada, porque o homem falou que não ia mais arrendar a terra, aí ele veio para aqui. Disseram que aqui tava tirando posse, então ele acompanhou os companheiro e veio pra aqui. Diz que aqui tava dando terra, que era "mió" do que ficar trabalhando de terra arrendada, de patrão..." (A. S. P., moradora, 54 anos, 1998).

"Minha finada avó era filha de fazendeiro, daquela época dos italiano, que eu sou descendente de italiano. Tem até essa novela atual aí que tá passando, então faz lembrar. Não que eu vi, mas o que ouvi contarem. Da minha família, então, descendente daquele povo lá, que eu sou escurinha, mas eu sou descendente de italiano. Minha mãe ficou viúva, então ela veio pra São Paulo, pra São Paulo, ela conseguiu viver melhor, ela montou um bar, um restaurante, cê entendeu? e assim ela viveu e criou os filho. Eu e minha irmã... Eu fiquei só, então eu vim para cá. Minha filha tinha sítio aí desde 82 esse que aí agora é recanto do Biro-Biro, né? ... E graças a Deus tou aqui até hoje tou bem" (M. M., moradora, caseira, 59 anos, 1999).

Algumas famílias que conseguiram um melhor padrão de vida mudaram-se de Itinguçu para dar aos filhos melhores condições de estudo: *"Saíram (de Itinguçu) porque para eles o melhor meio de vida seria na cidade grande, né? Ela costurando, aí com as filhas crescendo, ficando moças, precisava estudá e tudo, então..."*

(M. M., moradora e caseira, 59 anos, 1999).

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, a partir dos depoimentos dos moradores, que muitas foram as alternativas e caminhos que os trouxeram a Itinguçu, embora a motivação tenha sido a busca de uma inserção e adaptação social, movendo-se de um lugar para outro na esperança de obter um alívio da tensão econômico-social em que viviam. Tensão essa que persiste até hoje.

O trânsito dos moradores entre Itinguçu e outras cidades, principalmente São Paulo, é muito intenso. Os moradores vão em busca de melhores condições, e quando não conseguem, voltam para Itinguçu. São Paulo - Bahia é um itinerário freqüente.

Por um período, acorreram para o bairro muitas famílias atraídas pela disponibilidade de terra, possibilidade de plantar banana ou uma agricultura de subsistência, por meio de comunicação boca a boca entre conhecidos e familiares. Mas na verdade, vieram em busca de algo perdido. Vieram em busca do que a Bahia e outros estados tiveram no passado, muita mata, local de caça, oportunidade de pesca, coleta, palmito. O processo de expansão da grande lavoura, com seu desdobramento na marginalização do agricultor livre e sem capital explica todo o movimento dos moradores. Com a destruição do sistema tradicional de adaptação ecológica e

equilíbrio econômico de que fala DURHAM (1973), desfazem-se os vínculos de integração dessa população (cabocla) com o sistema abrangente, restando-lhes a busca de novas alternativas na qual inclui-se a mudança geográfica espacial.

No entanto, com as dificuldades crescentes em acompanhar o desenvolvimento agrícola, com suas parcas condições econômicas e com as restrições impostas pela criação da Unidade de Conservação em 1986, muitas famílias continuam seu processo de busca, saindo de Itinguçu e dirigindo-se para outras localidades, nesse turno para cidades. Peruíbe, a mais próxima, recebeu parte desses moradores.

Diferentemente dos migrantes que se dirigem para as cidades, em Itinguçu encontram-se moradores que buscaram a mata, migraram do campo para o campo, aí permanecendo pela sua vocação camponesa, seu ideal de autonomia, que só a agricultura, atividade a que sempre estiveram afeitos, podia oferecer. O trabalho na cidade requereria uma drástica mudança em seu ritmo de vida, à qual provavelmente os moradores de Itinguçu não estavam dispostos a se submeter. O trabalho na indústria exige disciplina e ritmo completamente diferentes da rotina do agricultor.

A criatividade e a inovação, no entanto, características marcantes do migrante, podem ser observadas na diversidade de alternativas buscadas por esse agrupamento social em sua luta pela sobrevivência e inclusão social.

LITERATURA CITADA

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 284 p.

CASTALDI, C. et al. A aparição do demônio no Catulê. In: QUEIROZ, M. I. P. de et al. **Estudos de sociologia e história**. São Paulo: Anhembi, 1957.

COSTA, E. B. **Cerrado e retiro**: cidade e fazenda no Alto São Francisco. Rio de Janeiro: Comissão do Vale do São Francisco, 1960.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. 249 p.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda., 1969.

FUKUI, L. F. G. **Sertão e bairro rural**: parentesco e família entre sítiantes tradicionais. São Paulo: Ática, 1979. 257 p. (Ensaio, 58).

HARRIS, M. **Town and country in Brazil**. New York: Columbia University Press, 1956.

MAXIMILIANO, P. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958.

MELLO e SOUZA, A. C. **Os parceiros do rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: José Olympio, 1964.

MÜLLER, G. **Estado, estrutura agrária e população**: estagnação e incorporação regional. Rio de Janeiro: Vozes/CEBRAP, 1980.

MÜLLER, N. L. **Sítios e sitiantes no estado de São Paulo**. São Paulo: USP/FFCL, 1957. (Boletim 132, Geografia, n. 7).

_____. Uma vida no litoral paulista: Icapara. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 22-30, 1949.

PANZUTTI, N. P. M. Agricultura familiar em Itinguçu: estação ecológica Juréia-Itatins, estado de São Paulo. In: LANG, A. B. da S. G. (Org.). **Realidade brasileira**: várias questões, muitos olhares. São Paulo: Humanitas/CERU, 2002b. p. 11-27. (Textos Série 2, n. 9).

_____. **A caminho da terra**: a mata. 2002a. 247 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973. 157 p.

REDFIELD, R. **The primitive world and its transformations**. [S.l.]: Cornell University Press, 1953.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica (estudo do homem nos trópicos)**. São Paulo: Editora Nacional, 1957.

WILLEMS, E. **Uma vila brasileira**: tradição e transição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. (Corpo e Alma do Brasil, 4).

_____; MUSSOLINI, G. **Buzios Island**: a caiçara community in Southern Brazil. New York, 1952.

ZAN, J. R. **Conflito de terra no Vale do Ribeira**: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras. 1986. 177 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MIGRAÇÃO: esperança de vida e trabalho em Itinguçu

RESUMO: *O presente estudo tem como objetivo analisar a presença de migrantes nordestinos em Itinguçu, um bairro dentro da Estação Ecológica Juréia-Itatins. O deslocamento e a migração da população, fenômenos que ocorrem como resultado dos processos de industrialização e urbanização, transferem indivíduos e grupos das comunidades mais pobres para os grandes centros urbanos, onde se concentram as inovações. Todavia, no universo pesquisado, a mudança ocorrida procede do meio rural para o rural. A pesquisa baseou-se em informações documentais e em entrevistas realizadas com técnicos que atuam na área há longo tempo, além das entrevistas com os próprios moradores. Da análise desse deslocamento populacional concluiu-se que a vinda para o Sudeste foi uma das estratégias utilizadas para aliviar a pressão econômica a que estavam submetidos em seus locais de origem. Vieram em busca de inclusão social e da autonomia camponesa, possível com a obtenção da terra para plantar.*

Palavras-chave: migração, camponeses, ecologia humana, agricultura familiar.

MIGRATION:**hope of life and work in Itinguçu, Juréia-Itatins Ecological Station, São Paulo State, Brazil**

ABSTRACT: *The present study has the objective of analyzing Northeastern migrants' presence in Itinguçu, a neighborhood inside the Juréia-Itatins Ecological Station São Paulo State. The displacement and the migration of the population, a phenomenon resulting from the industrialization and urbanization processes, usually transfer the poorest community groups to large urban centers where innovations are concentrated. Nevertheless, the movement examined in the researched universe was a rural-rural migration. The research was based on documental information and on interviews accomplished with technicians who have acted in the area for a long time, besides interviews with the residents themselves. The conclusion arising from the analysis of that population displacement is that the southeast-bound movement was one of the strategies used to relieve the economic pressure they were submitted to at their places of origin. They came in search of social inclusion and a possible farming autonomy through the obtainment of arable land.*

Key-words: *migration, peasants, human ecology, family agriculture.*

Recebido em 19/02/2003. Liberado para publicação em 19/03/2003.

Informações Econômicas, SP, v.33, n.6, jun. 2003.